

Assentamentos da herança afro-portuguesa nas margens dos rios da Guiné ¹

Maurício Wilson Camilo da Silva²

Resumo: As praças e os edifícios da herança afro-portuguesa que surgiram com as feitorias e vilas nos arredores dos Rios da Guiné tornaram-se importante para a nossa discussão, em consideração as identidades, que apareceram junto com essas construções e as suas dinâmicas enquanto espaços de relações econômicas, sociais e políticas.

As terras marcadas historicamente pelas relações de comércio e conflito entre diferentes povos, atualmente se entende como herança de diversas identidades que em diferentes períodos emergiram na construção com os diferentes lugares que assumiram significados diferentes na memória dos povos que atualmente ocupam esses espaços.

Sendo assim, torna-se importante abordar os contextos políticos e econômicos que influenciaram a construção desses espaços. Assim como as possibilidades que foram criadas para consolidação das relações que vem a surgir com a construção da identidade afro-portuguesa e diversas identidades que emergiram nas relações que incentivaram a ocupação portuguesa, onde mais tarde vem a surgir mais demandas da edificação dos espaços chamados de praças e vilas.

Palavras Chave: Identidade Afro-portuguesa; relações culturais; e construção dos espaços.

¹ Neste artigo se destaca a parte da pesquisa relacionada à arquitetura e identidade nas margens dos rios da Guiné com a demonstração de arquitetura e urbanismo do período colonial. Parte de estudo financiada pelo Real Gabinete Português de Leitura com apoio da Fundação Calouste Gulbenkian de julho de 2011 a Agosto de 2012.

² Arquiteto e Urbanista pela FAU UFRJ, mestrando em Sociologia pela PPGS UFF e Pesquisador sócio do Real Gabinete Português de Leitura (RGPL) no Rio de Janeiro e associado ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa em Guiné Bissau. E-mail: nae.ufrj@gmail.com

INTRODUÇÃO

As praças e os edifícios da herança afro-portuguesa nos arredores das antigas feitorias e vilas na atual Guiné Bissau³ são os focos da demonstração nesse trabalho, através das suas relações com identidades que emergiram nesse território em diferentes períodos históricos. Assim como, os diferentes papéis que assumiram e significaram para sociedades que ocupam esses mesmos povoados e vilas que mais tarde se fundaram como parte das pequenas cidades.

O território da herança afro-portuguesa na atual Guiné Bissau compreendia a terra dos povos que assentavam no litoral até a chegada dos Mandingas que vieram de Alto Níger (PAIGC, 1974), e criaram o território Kanta Kaabu como parte do Império de Mali⁴ fundada no século XIII com a queda do Estado de Ghana⁵ mais ao Leste no século XI.

Durante a queda do Mali no século XIV, essa província se proclamou Reino de Kaabu⁶, sendo a última desse império a sofrer influência deixada pelos dominadores muçulmanos Almoravidas⁷ e mais tarde dos muçulmanos Fulas⁸.

No período da queda do Mali no século XIV, surgiu o Império de Songhay⁹ que passa a dominar o território sem grandes influências em Kaabu, até a chegada dos portugueses

³ O nome Guiné (Genna, Ghenea, Ginea, Gueni, Guinea, Jenni, Genni, Jinne, Djienne, Djénné), referia-se a uma povoação indígena, fundada por volta de 1040, nas margens do Níger. Ela situava-se a sudoeste de Tumbuctu por onde passava o ouro em direção ao Mediterrâneo. Foi importante centro comercial, capital do antigo império Fula, detentor do comércio de ouro e homens para serem condicionados ao trabalho sem remuneração (RESENDE, 1994, p. 91).

⁴ Estado Malinke que sucedeu Ghana na Costa Oeste Africana entre séculos XIII a XIV, chegando ao seu apogeu com o Kankun Mussa e marabuts Diakhanka (PAIGC, 1974).

⁵ Este Estado já existia provavelmente desde 300 a.c. dirigido até 770 pela *dinastia dos Magas*, uma realza da costa africana chamada *Soninke*. Nesse mesmo período expandiu o reino sob a autoridade do Kaya Maghan Sisse, que só mais tarde (790), se tornou Mansa. O Estado de Ghana tinha o centro de poder em Koumbi Saleh, na borda do deserto do Saara e os seus vestígios acabou praticamente nos anos 1240, sendo herdado pelo Império do Mali (LIMA, 1988, pp. 16-25).

⁶ Província do Império do Mali que surgiu com a ocupação do Tiramakhan Traore na parte de atual Guiné Bissau e tornou-se reino, cuja identidade Kaabunke era regulamentada pela ancestralidade, até a sua queda que ocorreu devido aos conflitos internos e ataque dos Fulas (LIMA, 1988; DIAS, 2003; LOPES, 2003).

⁷ A dinastia arábe-muçulmano que unificou sob o seu domínio grandes extensões no ocidente, entre os séculos XI e XII, que chegou a estender-se o seu domínio na parte de Mauritània e Saara Ocidental, onde provinham de Marrocos e parte do Sul da península Ibérica. Contribuíram pela queda do Estado de Ghana, quando controlaram o centro norte da Kumbi Saléh e o comércio de Ouro em direção ao Norte de África (BEN HAMADI, 2003).

⁸ Grupo responsável pela propagação do islã na costa da Guiné a partir do século XVIII, os Fulbe vieram da Síria atravessando pelo Baixo Egito até centro africana, onde vão se expandir para Oeste e Oriente deste continente (MOREIRA, 1971).

⁹ Reino do povo Songhay que assumiu parte Leste do Império do Mali entre 1464 a 1591, cujo o líder Sonni Ali Kolen, tinha Gao como o centro de poder no território da atual República do Mali. Mais tarde esse povo foi derrotado na Batalha de Tondibi em março de 1591 pelos Marroquinos no comando de El D'Jouder, que

no século XV, cuja instalação no litoral se tornou significativa com a criação da feitoria¹⁰ de Cacheu, em 1558. Ainda nesse período, o reino de Kaabu era sólido, até 1867, com a sua última resistência à dominação Fula no seu embrião do poder dos Nyantios em Kansala, no interior da atual Guiné Bissau (PAIGC, 1974).

Nesse território, assim como os nativos e os Almorávidas que ocuparam de centro ao sul do Ghana, tendo suas contribuições na formação da elite Malinke do Império do Mali, os ocupantes afro-portugueses também deixaram as suas contribuições através da produção de diversos tipos de assentamentos e edificações. O local ganhou importância mais notavelmente quando as suas dependências deixaram de ser controladas a partir da Ilha de Santiago (1879), tornando Bolama a capital dos interesses portugueses na costa, até a mudança do capital para Bissau (1941). Já com a proposta de novos bairros agregados a essa antiga vila logo na segunda guerra (1939-1945), quando além de ganhar o estatuto de cidade, se desenvolvia muito além dos limites da velha fortaleza de São José de Amura, que vem a se tornar organizada com a criação do Gabinete de Urbanismo Colonial (1944). O que posteriormente prosseguiu com levantamento aerofotogramétrico e topográfico nas localidades da antiga Guiné Portuguesa (1920-1973), criando as zonas próximas aos diferentes povoados que vieram a ser elevados às categorias de vila e cidade.

Nesse sentido, nos interessa a demonstração do contexto no qual esses espaços surgiram, e as suas determinadas funções nas relações econômicas que fundam a partir da presença dos portugueses na costa da Guiné em interação com os agentes locais, que mais tarde, vem a tornar-se parte da condição para ocupação portuguesa em parte dessa terra.

As margens dos Rios da Guiné

Os Rios da Guiné eram áreas litorâneas entre rios Sene, Salum, Gambia, Casamansa, Cacheu, Grande de Buba ou Guinala, Nuno e Pongo até Serra Leoa. O referido estudo destaca as regiões que compreendem o território da atual Guiné Bissau, situado na África Oeste com Senegal ao Norte, Guiné-Conakry ao Sul e Este, e com Oeste banhado pelo Oceano Atlântico. As coordenadas geográficas limitadas de Cabo Roxo (latitude 12° 20' Norte) à Ponta Cagete (latitude 10° 59' Norte) e entre os meridianos 13° 38' e 16° 43' W, com uma Superfície de 36 125 Km².

1. IDENTIDADES EMERGENTES NOS RIOS DA GUINÉ

Durante diferentes períodos históricos, principalmente nos séculos X a XIX, várias identidades foram se destacar nas margens dos rios da Guiné, uma região conhecida

se instalou em Tombuctu de onde enviava as riquezas como camelos carregados de ouro bruto, pimenta, chifres e uma espécie de madeira utilizada para tingir tecidos, além de cavalos, eunucos, anões e homens em condições de trabalho forçado para Marrocos (PAIGC, 1974).

¹⁰ Eram chamadas de feitoria, os presídios e as praças fortificadas no século XVI e fazendas ou pontas agrícolas criadas entre séculos XVI a XVIII para cultivo baseada no processo de colonização (CARREIRA, 1984).

como parte de Senegâmbia¹¹ e foi nomeada Alta Guiné, cujo território compreendia regiões litorâneas de São Luís na atual Senegal, até Serra Leoa. A delimitação territorial da Guiné Bissau enquanto fruto da divisão política de convenção luso-francesa, não levou em consideração as relações sociais e culturais dos povos locais, influenciando posteriormente a separação dos grupos sociais, favorecendo a submissão de critério político com privilégio aos colonizadores e não os habitantes locais.

Nesse caso, partimos das limitações na afirmação da emergência de quatro entidades historicamente dominantes no espaço dos rios da Guiné: malinke¹², kaabunke¹³, afro-portuguesa¹⁴ e cabo-verdiana¹⁵ (Lopes, 2003). Sendo as duas últimas, importantes para explicação da contribuição afro-portuguesa na dinâmica histórica que funda com a produção dos assentamentos, cujos elementos apresentam em parte a cultura trazida pelos portugueses.

1.1. Identidade Afro-Portuguesa

Conforme, Carlos Lopes (2003), em contraste com a dominação Kaabunke a partir do *hinterland*¹⁶, as novas dinâmicas de poder começaram a se desenvolver junto à costa dos Rios da Guiné. Nesse local a presença europeia expandiu-se a partir do século XV com o interesse da coroa portuguesa que tinha como objetivo preservar o controle do comércio.

Esse sociólogo e historiador guineense assinala que desde muito cedo limitou o acesso à costa através de regulamentações precisas, nomeadamente relativo à estada dos navios mercantes e à criação de uma administração a partir das Ilhas de Cabo Verde, cuja ocupação se deu início com uma forte presença dos africanos mantidos no trabalho forçado e aqueles que foram como comerciantes¹⁷. Carlos Lopes reforçou que a Ilha de Santiago ocupou um papel primordial no desenrolar destes acontecimentos, sobretudo, quando em 1466, os habitantes foram autorizados a negociar na costa. No entanto, já em 1462, como consequência do arrendamento dos tratos de Guiné (1468), o resgate de Homens escravizados foi restringido ao número necessário para o povoamento das Ilhas e o cultivo nos campos. Além disso, apenas podiam utilizar nas trocas os produtos do

¹¹ Conforme Eduardo Costa Dias (2003) e outros autores, a Sene Gâmbia compreendia a região que ia do rio Senegal aos Rios do Sul, até o interior sudanês (Sudão Ocidental), iniciada no século XV. Nas versões maximalistas, a Senegâmbia estende-se do rio Senegal ao rio Pongo, no atual Guiné Conakry, e mesmo ao rio Kolente, na Serra Leoa, e do Atlântico até ao Bambouk e aos contrafortes do Futa Djalon (Barry, 1990; Mané, 1979. Person, 1974); nas versões minimalistas, a Sene Gâmbia histórica é delimitada ao Norte pelo Rio Senegal e ao Leste pelo seu afluente Falamé e engloba as bacias hidrográficas dos rios Gâmbia, Cassamance, Geba e, para alguns autores, também a do rio Corubali (Diouf, 2001).

¹² A nação é normalmente uma plataforma de consenso que legitima o poder. Nos Malinke, o sufixo *nke* exprime justamente esta ideia, servindo para designar tanto os povos como o território, já que ambos são atributos de um poder legitimado.

¹³ Identidade do reino de Kaabu.

¹⁴ Crioulos, filhos dos portugueses que nasceram na colônia. Alguns são frutos da miscigenação com etnias locais.

¹⁵ Crioulos cuja origem se deu pela formação da identidade dos chamados pretos e branca em Cabo Verde, nomeadamente na Ilha de Santiago.

¹⁶ A denominação usada pelo *Piter Mende* na referência ao interior de Kaabu, o que na literatura alemã significa interior duma terra do porto ou região menos povoada de um determinado território.

¹⁷ Área conhecida como atual Dakal (Capital do Senegal), jucás ilhas já se encontravam povoadas pelos Wolofs e Walos.

próprio arquipélago que se reduziam, naquela época, ao algodão e cavalos. Pretendia-se assim, facultar aos habitantes das Ilhas de Cabo Verde uma participação nos lucros do negócio de terra firme sem deixar de se acautelar os interesses da coroa ou dos contratadores, cujo negócio se alargava pelas costas da Guiné, Serra Leoa e da Malagueta (LOPES, 2003).

Estavam sendo criados os germes de duas contradições importantes: a criação de uma identidade nova centrada no povoamento cruzado das ilhas de Cabo Verde entre brancos e negros¹⁸ e o desenvolvimento de interesses distintos entre a coroa e os súditos habitantes da sub-região Oeste africana. Estas contradições, conforme Carlos Lopes vão acabar por dar origem à emergência de novas identidades. Como a última da sub-região que tinham como papel a ligação da coroa com os moradores do interior, que foi reforçada pelos indivíduos que tentavam distanciar do controle da coroa portuguesa, ou porque eram foragidos da lei, ou simplesmente perseguidos religiosos cujo passado nomeadamente judeu em nada comprovavam para o seu reconhecimento. os Lançados¹⁹ ou Tangomau, cujo papel foi fundamental no comércio de homens que foram condicionados ao trabalho forçado e não remunerado. No entanto, o que é interessante frisar no contexto destes agentes é o fato deles terem constituído a primeira cadeia de ligação entre os poderes locais e a presença europeia no litoral da costa oeste africana, numa altura em que esta cadeia ainda não se tinha transformado em dominação territorial. Como fruto de várias alianças, os Lançados acabaram também por criar mestiçagens fortemente associadas a interesses comerciais, estando também eles na origem, indiretamente, do estabelecimento de uma língua franca na sub-região, o crioulo²⁰.

Várias características eram notáveis na definição da identidade afro-portuguesa. Apesar da prática de religiosidade católica, a comunidade mestiça tinha uma forte influência de rituais religiosas dos povos como Brames, Beafadas, Diolas e Mndinkas que se encontravam nas margens dos rios da guiné, nomeadamente nas regiões de Cacheu, Ziguinchor, Bissau, Bolama, Geba e Buba. As suas roupas, as suas canções de tradição oral, a forma de construir suas casas e os seus hábitos de consumo refletiam a relação euro-africana.

Na sua referência às sociedades imaginárias, Benedict Anderson interpreta a cultura crioula²¹ como um processo de assimilação dos elementos europeus, que para Carlos Lopes (idem), parece mais correto fazer uma análise das influências vindas dos dois lados, já que através da língua crioula se pode facilmente chegar à definição deste

¹⁸ Aqui se tratava dos Pretos africanos que eram mantidos sub a condição do trabalho sem remuneração, e cujos direitos eram negado pelos portugueses e demais europeus das Ilhas de Cabo Verde.

¹⁹ Lançados ou Tangomau eram os intermediários das primeiras cadeias de ligação entre os poderes locais e os portugueses, na época que não havia ainda a dominação territorial.

²⁰ Língua que surgiu no contexto de criação da identidade afro-portuguesa com base léxica portuguesa e influência das línguas de grupos sociais locais como manjaco, mancanha, mandinga, beafada e wolof (ROUGE, 1986).

²¹ *Creole (Crioula ou Crioulo)*, pessoa de descendência europeia pura, mas nascida no território da colonização ou qualquer lugar fora da Europa. Benedict R. Anderson: Comunidades Imaginadas, p.84.

binômio. Em termos de educação, provavelmente o número de letrados era muito reduzido, transmitindo atitudes e cultura através de ensinamentos passados de mais velhos para jovens por meio das reuniões familiares ou ditos Griots acompanhados de sons de músicas destes mesmos grupos sociais, principalmente os Mandinkas. Mas Carlos Lopes insiste que os princípios de organização social e as relações familiares distanciavam-se das formas africanas, como o direito de herança que não seguia a linhagem matrilinear.

No auxílio aos governadores recrutados junto às feitorias acabou por originar uma classe específica de intermediários familiarizados com os hábitos europeus e pertencentes ao núcleo dos considerados próximos da influência e cultura Portuguesa. Os grumetes²² vão contribuir de forma significativa para o fortalecimento da comunidade afro-portuguesa, também chamada por alguns autores de luso-africana, sobretudo nas feitorias de Ziguinchor e Cacheu (LOPES, 2003).

À estratificação entre Mansas e Homens que foram condicionados ao trabalho forçado no *hinterland* sobrepunha-se, nesse momento na costa nova hierarquia entre grumetes e gentios²³. Os grumetes servindo de *primus inter pares* da presença comercial europeia são peças indispensáveis do novo xadrez que se vai instalar na região. Quanto ao gentio, representava uma espécie de fronteira social entre os integrados e não integrados no controle ou influência da civilização costeira (LOPES, 1993).

Nomes como Caetano Nozolini²⁴, João Pereira Barreto²⁵, Rosa Carvalho Alvarenga²⁶, Honório Pereira Barreto²⁷, Aurélia Correia²⁸, vão se destacar na história dos Afro-

²² Os grumetes decorrem da presença europeia, constituem a categoria social que articula a relação social que os mestiços ou próximos da “civilização portuguesa” estabeleceram com as populações locais, aparecendo como porta-vozes junto do branco ou do cabo-verdiano (LOPES, 1993).

²³ Foram os que rejeitaram a assimilação portuguesa, o gentio rotula todas as populações em torno dos não integrados na “civilização portuguesa” (idem).

²⁴ Caetano José Nozolini, Baptisado a 11/7/1799, faleceu a 11/7/1850. Casou com rainha Aurélia Correia, da ilha de Orango. Foi capitão Mor da Guiné entre 1829 a 1834, e dominara o comércio do Geba e grandes Rios entre 1830 e 1840. Disponível em < <http://www.barrosbrito.com/4688.html> >. Acesso em 31 de Jan. de 2014.

²⁵ Oficial militar cabo-verdiano, filho de um padre cabo-verdiano e uma escrava guineense, possivelmente de origem Felupe. Comandara postos administrativos de Ziguinchor e Cacheu, e estabeleceu uma rede de relações de patronagem com as comunidades africanas vizinhas de Felupes (Djolas) e Papéis.

²⁶ Também chamada de Dona Rosa de Carvalho Alvarenga pelo status, ou Dona Rosa de Cacheu, já em Krioul Nha Rosa. Foi descendente do mais preeminente gã do presídio de Ziguinchor. O uso do termo “dona” em português, indica sua inclusão na classe dos “notáveis” locais, intimamente associadas com a administração colonial e o comércio de homens em condição de escravo e outros produtos da época. Foi esposa do João Pereira Barreto e mãe de Honório Pereira Barreto e Maria Pereira Barreto (Esteves, 1988).

²⁷ Filho de Nha Rosa e João Pereira Barreto, nasceu em Cacheu durante 1813 e estudou em Portugal, com a morte do pai em 1829, foi chamado de volta à Guiné para assumir o lugar e os negócios da família. Junto da mãe, determinaram o destino da companhia comercial criada pelo pai e desempenharam um papel dominante nos assuntos administrativos da região naquela época (Esteves, 1988).

²⁸ Dona Aurélia Correia ou Rainha Aurélia, mulher de Caetano Nozolini que fundara uma feitoria na Ponta Oeste, em Bolama durante 1835 (Campos, 2012).

Portugueses que mantêm boas relações com a coroa e tinham propriedades agrícolas cultivadas pelos homens em condição de escravo na produção de mancará.

2. ARQUITETURA E URBANISMO NAS MARGENS DOS RIOS DA GUINÉ

2.1. Assentamentos da Herança Afro-Portuguesa nos Rios da Guiné²⁹

A presença portuguesa se deu pelas margens dos rios da Guiné, pouco significativa nos primeiros momentos após a chegada do Nuno Tristão, em 1446. A partir de 1582, em São Domingos, na margem do rio Cacheu, pela primeira vez o Sarmento Mor Francisco de Andrade funda a feitoria real de Buguendo, na margem esquerda e na direita o povoado de Cacheu, entre 1583 e 1596. Na segunda metade do século XVII, com base de apoio nas atividades comerciais surgiram Ziguinchor, Farim, Geba e Bissau. Nessa altura esses sítios eram denominados feitorias e os rios da Guiné compreendiam as áreas litorâneas entre rios Sene, Salum, Gambia, Cassamansa, Cacheu, Grande de Buba ou Guinala, Nuno, Pongo e outros. E as rias compreendiam as regiões costeiras de Sul do Senegal ao rio Orange, na atual Namíbia (CARREIA, 1984).

Segundo esse autor até o século XVIII, as praças e presídios de Ziguinchor, Cacheu, Farim, Geba, Fá, Bissau e Santa Cruz de Guinala não tinham grande significado político ou comercial. Alguns sítios como Boguendo, Bichangor e Bugam eram lugares de fixação e fuga, que vieram a desaparecer devido à falta de condições para sobrevivência dos ocupantes.

Reforçou que na primeira fase da ocupação as praças e presídios eram instalados geralmente no litoral, nas margens dos rios, com espaços limitados formando pequenos povoados comerciais dos europeus, nativos e místicos cabo-verdianos. As construções eram palhotas cobertas a colmo. Só mais tarde surgiu a cobertura de telha de barro e chapa de zinco ondulado. Era raro aparecimento de fortins e fortes pela carência na obtenção da faixa de terra que se ocupava, uma vez que era arrendada com a autorização dum régulo e donos da terra.

2.2. Povoados e feitorias

Alguns apontamentos oficiais dos anos 1697 a 1699 mostram que o povoado de Farim fora criado por Gonçalo de Gamboa de Ayala, por volta 1642 a 1647, mas sem qualquer proteção em relação às demais Tabancas³⁰. O que tornava difícil o enfrentamento com as constante ataque dos mandingas, apesar da proteção de 1696, com um conjunto de três baluartes frágeis que vem a ser construído (ESTEVES, 1988a).

²⁹ Tema que vem a ser estudado em etapa no âmbito dessa mesma pesquisa desde Agosto de 2011. Por se tratar de um vasto período e território, serão demonstradas em diversas apresentações e publicações.

³⁰ São aldeias dos nativos constituídas de vários aglomerados concentrados ou dispersos, com construções de palhotas cercadas de áreas para a prática agrícola e habitadas por uma ou mais famílias, geralmente da mesma etnia.

Um dos cenários que marcou a construção do período colonial portuguesa no território da Guiné nesse primeiro período foi o início de construção da primeira fortaleza de Bissau, em 1696, cuja nomeação seria “Nossa Senhora da Conceição”, a mando do Conselho Ultramarino (MOTA, 1989).

Reforçou esse autor de que o capitão-mor da ilha de Bissau, João Pinheiro, foi quem afirmou o ato de compra da terra para implantação da mesma edificação pela assinatura de 2 de Janeiro de 1697, por Santos Vidigal e rei de Bissau Insinha Té, cujos homens impediam a construção desse edifício, através da proibição do abastecimento de água aos portugueses.

Entre 1842 a 1845, com a cultura de mancará (amendoim) lançada na Península de Quinara através de sementes trazidas do Senegal, 112 feitorias agro-comerciais foram lançadas. Referem-se às fazendas agrícolas chamadas pontas de estrangeiros, a maioria de portugueses e outros europeus. Poucos mestiços e nativos tinham negócios próprios, já que o controle do comércio fora dominado pelos ocupantes europeus. E milhares de toneladas que eram levadas e exportadas pelo porto de Bolama, vêm a possibilitar o progresso urbano naquela cidade, na ilha do mesmo nome e denominada de Burgo³¹ o centro administrativo e político do território que vem a tornar Guiné Portuguesa.

Os ataques provindos de guerras constantes entre Mandingas e Beafadas contra as Fulas e a exigência dos guerrilheiros que dominavam essas áreas, fez com que os donos mais tarde encerrassem as referidas fazendas, entre 1885 a 1887 (CARREIRA, 1984).

2.3. Gabinete do Urbanismo Colonial e Vilas do período colonial

Com a mudança da capital colonial de Bolama para Bissau, em 19 de Dezembro de 1941, ainda com território em crescimento desordenado e muito além da fortaleza São José, havia necessidade de reestruturação através de um plano que iniciou em 1944, com a criação GUC - Gabinete de Urbanização Colonial. Este trabalho primeiramente se ocupou do levantamento topográfico que envolveu todo território na época, criando uma zona envolvente em Bissau (MILHEIRO, 2009).

Ana Vaz Milheiro reforçou que o GUC³² foi responsável pela execução dos projetos de arquitetura e urbanismo, através do Decreto nº 34 173. A sustentar que essa mesma entidade com sede em Lisboa, destinava-se a prática dos projetos de arquitetura e urbanismo para colônias de África, incluindo a Guiné Bissau, antiga Guiné Portuguesa. Ainda salientou que a política colonial portuguesa referente à arquitetura no século XX, que só se desenvolveu a partir da criação do GUC, apenas privilegiou as obras com referência à cultura moderna.

³¹ Burgo é uma divisão administrativa em vários países. Em princípio, o termo designa uma cidade murada autogovernada, embora, na prática, o uso oficial do termo varia amplamente. A palavra vem do latim *burgus*, que significa "pequena fortaleza, povoado" que, pelo germânico *burgs*, ficou cidadela fortificada, conforme o dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa (HOUAISS, ANTONIO, 2009).

³² Entidade criada em 6 de Dezembro 1944 por Marcelo Caetano, então ministro das Coloniais até 1947.

Estas mudanças coincidiram com a ocupação do cargo de ministro por Marcelo Caetano (1950 a 1955), que vem a ter como consequência, em 1951, a alteração do nome do Ministério das Colônias para Ministério do Ultramar (MU) e nova nomenclatura para entidade, Gabinete de Urbanização do Ultramar (GUU).

O desenvolvimento da arquitetura moderna nessa província foi marcado pelo governo de Manuel Maria Sarmento Rodrigues, oficial da Marinha portuguesa, destacado por Marcelo Caetano, antes do final da Segunda Guerra, pouco depois da criação do GUC. Coincidindo o seu governo com o arranque do Gabinete, a sua atuação permitiu a execução de edifícios públicos e em grande escala.

Na primeira sessão do Conselho de Governo, em 3 de Julho de 1945, Sarmento apresentou estratégias e uma lista de obras projetadas. Desta lista faziam parte às construções do Palácio do Governo e Sé Catedral para Bissau, capelas de Catió, Bafatá, Canchungo, Mansoa e Gabu, moradias projetadas para funcionários, o monumento ao Esforço da Raça e edificação da Praça do Império, ambos naquela capital. Algumas foram construídas no período e outras em tentativas dispersas pelo território (MILHEIRO, 2009).

No segundo período da atuação do GUU – Gabinete de Urbanização Ultramarina para planeamento e execução das suas obras na África que os portugueses eram mais presentes, os autores foram participar de um curso de arquitetura tropical, lecionado na Architectural Association (AA), em Londres. Um dos primeiros beneficiados, logo na abertura do curso foi Luís Possolo, em 1954.

Ana Vaz Milheiro aponta que embora não fosse hábito dos arquitetos do Gabinete propor técnicas construtivas locais, confirmavam o conselho dos professores britânicos em colher ensinamentos na experiência secular dos indígenas. Porque os seus hábitos em matéria de construção correspondiam, muitas vezes, a concepções que se antecipam da própria academia (Idem, p. 6). Onde tudo se resumia em “obter máximo de ventilação para a região quente e úmida e o maior isolamento para a região quente e seca” através da sombra.

Apesar das tentativas, não foi possível responder à demanda, já que os arquitetos se prendiam muito à visão moderna de projetar paredes expostas à chuva e radiação solar, o que certamente aumentaria o custo futuro com a manutenção destes edifícios que ficaram a cargo do atual Estado guineense.

Em relação ao urbanismo da época, não apenas pela complexidade do crescimento das cidades como Bissau, o próprio planeamento urbano não conseguia responder aos contextos que vão ao encontro às necessidades dos povos locais. Principalmente, pela carência de conhecimento social e cultural dos povos de rios da Guiné e pela herança histórica que já havia proporcionado uma atitude portuguesa do desprezo aos valores culturais nos lugares africanos onde tendiam a se instalar as suas políticas.

A finalidade de urbanização das cidades resumiu-se aos levantamentos topográficos de Bissau, Bafatá, Varela, Canchungo, Mansoa, Farim, Gabú, bem como esboços para planos de urbanização de Varela, Canchungo, Farim, Mansoa e outras regiões.

Na concepção de urbanismo dos bairros de Bissau estava presente o espírito colonialista português e do modernismo europeu, isto é, promovia a segregação dos aglomerados de nativos nos bairros adjacentes.

Quando os técnicos responsáveis realizaram os levantamentos topográficos e analisaram as características dos locais de expansão urbanística, nos finais de 1959 e início de 1960, os bairros da periferia imediata à cidade colonial de Bissau estavam distribuídos pelos seguintes lugares: Gambeafada, Alto do Crim, Bairro de Santa Luzia, Mindara, Pefiné, Calequir, Reino³³ e Cupelon.

CONCLUSÃO

A atual Guiné Bissau foi palco de várias mudanças sociais, comerciais e políticas. Durante toda a sua história foi marcado por uma emergência na dinâmica de sua transformação, como foi demonstrado na afirmação de diferentes identidades emergentes que foram se construir dos séculos X a XIX. A dimensão histórica nos permite constatar como esse território foi influenciado pelas heranças Malinke, Kaabunke e mais tarde a afro-Portuguesa e Cabo-verdiana nas suas instalações tanto no interior, quanto no litoral, ao formarem povoados com diferentes características que resultaram dos seus modos de vidas e necessidades socioculturais e econômicas.

Atualmente é possível encontrar assentamentos que demonstram a associação dos materiais que já se utilizavam durante Reino de Kaabu, sem quer afirmar que essas construções são do mesmo tipo das antigas construções Kabunke, mas de certa maneira essas construções devem assumir uma relação formal e conceitual muito restrito nas suas concepções. Já com relação às construções do dito período colonial, apesar das diversas tentativas, não foi possível responder a demanda, até porque os projetos para edificações dessa época não atendiam as práticas e necessidades locais, e no segundo momento das vilas do chamado período colonial, apareciam arquitetos que se prendiam da visão moderna de projetar edifício com funções não tão necessárias aos povos locais.

Referente ao urbanismo do período colonial (1944-1973) que elevou os principais povoados a categoria de vila, não foi possível a compreensão e consideração que permitia uma construção da cidade para atender a demanda da sociedade do lugar, primeiramente pela carência de conhecimento antropológico do lugar da parte dos profissionais responsabilizados pelos projetos e pela herança histórica que já havia proporcionado certo desprezo dos portugueses aos valores culturais desses lugares. Outra questão vem ao fato do princípio moderno de arquitetura e concepção da cidade que pouco se resultara da demanda e modo de vida dos grupos sociais em um determinado lugar, mas sim, preza a estética formal e ao valor do material.

Finalmente, tanto a arquitetura quanto à urbanização do período colonial, ambas se resumiam a essas questões como foram aparentadas nas antigas vilas de Bafatá, Canchungo, Mansoa, Farim, Gabú. Assim como os esboços para planos de urbanização da Varela e outras localidades, a maioria durante o governo de Sarmento Maria Rodrigues

³³ Nome atribuído ao antigo reino de Intim, comandado pelo rei Insinha Té, que envolvia o território aproximadamente igual à dimensão daquele bairro.

(1945-1950) e os demais governadores da antiga Guiné Portuguesa pouco antes da luta armada pela independência daquele território. Hoje a questão de arquitetura e crescimento de cidade enfrenta uma demanda da importação do tipo construtivo, um desafio a ser enfrentado na administração das cidades, já que carecem de projetos de ordenação territorial e intercâmbio que possibilitam um encontro de técnicos e construtores tradicionais para melhor solucionar os problemas do crescimento das cidades e tipos de construções sustentáveis que atendem as viabilidades econômicas, sociais e ambientais que acompanham as mudanças culturais através de um processo de gestão participativo e eficiente.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict R.: **Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

Assembleia Nacional Popular-ANP. **Origem da Guiné Bissau**. Disponível em <www.anpguinebissau.org>. Acesso em 6 de jun. de 2008.

BARBOSA, Alexandre. **Guineus**. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1967.

BARRY, Boubacar. **A Senegâmbia do séc. XV ao séc. XX: em defesa de uma história subregional da Senegâmbia**. In: SORONDA. **Revista de estudos guineenses**, No 9 Jan. INEP, 1990. Disponível em <<http://www.inep-bissau.org/Publica%C3%A7%C3%B5es/RevistaSoronda/tabid/61/Default.aspx>>. Acesso em 27 de Jan. de 2014.

HAMADI, Amor Ben. **Mauritania y España, una historia común: los Almorávides, unificadores del Magreb y al-Andalus (séc. XI-XII)**. Granada: Fund. El legado andalusí, 2003.

CÂMARA Municipal de Bissau. **Plano Geral Urbanístico de Bissau - PGU**. Bissau, Boletim Oficial, 1996.

CABRAL, Amílcar. **Brève Analyse de la structure sociale de La Guinée Portugaise**. Conakry: PAIGC, 1964.

CAMPOS, Américo. **História da Guiné em Datas**. 2012. Disponível em <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6905.pdf>>. Acesso em 27 de Set. de 2013.

CARREIRA, Antonio. **História das ilhas de Cabo Verde e Rios de Guiné nos séculos XVII a XVIII**. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1943.

_____. **Mandingas da guine portuguesa**. Bissau: Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, 1947.

_____. **Os portugueses nos rios de guine (1500 - 1900)**. Lisboa: Editora do autor, 1984.

COSTA, Carlos; RESENDE, Mauro. **Guiné-Bissau: o Ambiente Agrícola, o Homem e o Uso da Terra**. Clássica Editora, 1994.

DIAS, Eduardo Costa. **Identidade Kaabunke: um processo de Construção Identitária Sui Generis na Senegâmbia (Islã na África subsaariana)**. In: AFRICAN STUDIA. Atlas do 6º colóquio Internacional. No 6. Porto: Ed. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, maio 2003. Disponível em < <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6905.pdf>>. Acesso em 27 de Set. de 2013.

DIOUF, Mamadou. **Histoire du Senegal: Le Modèle Islamo-Wolof et ses Périphéries**. Paris: Maisonneuve & Larose, 2001.

DOWBOR. **Relatório sobre a Guiné Bissau poucos anos após a independência**. Disponível em < www.didinho.org >. Acesso em 3 de abril de 2008.

ESTEVES, Maria Luisa. **A questão do Cassamansa e a delimitação das fronteiras**. Porto: Porto Editora, 1988.

ESTEVES, Maria Luisa. **Cacheu, cidade antiga**. Lisboa: IICT, 1988.

GONÇALVES, Jose Julio. **O islamismo na Guine portuguesa (ensaio sociomissionológico)**. Ed. II. Lisboa: [s.n.], 1961.

HAVIK, Philip J. **Missionários e moradores na costa da guine: os padres da companhia de Jesus e os Tangomaões**. Vol. 56-57. Lisboa: Studia (revista semestral), 2000. pp. 223-262.

Instituto Nacional de Estatísticas- **INE. IDH de Portugal**. 2010 Disponível em < www.duplipensar.net > Acessado em 15 de Junho de 2010.

LEPRI, Jean P (1986). “Contribuição para Análise Sociologica da Guiné Bissau Actual”, SORONDA, Jun. Nº1. Revista de Estudos Guineenses. Bissau: INEP. Disponível em: <<http://www.inep-bissau.org>>. Acesso: 01/03/2015.

LIMA, Cláudia. **Antigos Impérios Africanos**. In: Bantos, malês e identidade negra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988. p. 16-25. Disponível em <http://www.claudialima.com.br/pdf/ANTIGOS_IMPERIOS_AFRICANOS.pdf>. Acesso em 12 de Nov. de 2013.

LOPES, Carlos. **A guiné Bissau à procura de um modelo social**. In: SORONDA. **Revista de estudos guineenses**, No 1 Jan. INEP ,1986. Disponível em < <http://www.inep-bissau.org/Publica%C3%A7%C3%B5es/RevistaSoronda/tabid/61/Default.aspx>>. Acesso em 27 de Jan. de 2014.

_____. **Construção de Identidades nos Rios de Guiné do Cabo Verde**. In: AFRICAN STUDIA. Atlas do 6º colóquio Internacional. Nº 6. Porto: Ed. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, maio 2003. Disponível em < http://www.africanos.eu/ceaup/uploads/AS06_045.pdf >. Acesso em 27 de Set. de 2013.

_____. **Etnia, estado e relações de poder na Guine Bissau**. Lisboa: edições 70, 1982.

_____. **Kaabunke: espaço, território e poder na Guinem Bissau (Gâmbia e Cassamance pré-coloniais)**. Lisboa: CNCDP, 1999.

_____. **Mansas, Escravos, Grumetes e Gentio – Cacheu na encruzilhada de civilizações.** Bissau: INEP, 1993.

MANÉ, Mamadou. **Contribution à l'histoire du Kaabu, des origines au XIXe siècle.** Dakar: IFAN, 1979.

MATOS, Sérgio Campos. **História e identidade nacional (A formação de Portugal na historiografia contemporânea).** Lisboa, Lusotopie, 2002. Disponível em <<http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/matos.pdf>>. Acesso em 27 de Set. de 2013.

MILHEIRO, Ana Vaz; Dias, Eduardo Costa. **Arquitetura em Bissau e os Gabinetes da Urbanização Colonial (1944 a 1974).** In: Universidade de São Judas. No. 2. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2º semestre de 2009. Disponível em <http://www.usjt.br/arq.urb/numero_02/artigo_ana.pdf>. Acesso em 27 de Set. de 2013.

MINISTÉRIO da Agricultura e do Desenvolvimento Rural. **Projeto do Plano de Ação Nacional da Luta Contra a Desertificação na Guiné-Bissau.** Bissau: PAN/LCD, 2006. Disponível em <http://www.fao.org/fileadmin/templates/cplpunccd/Biblioteca/bib_GBS_/GB_PAN-LCD-Vers%C3%A3o_Semi-final.pdf>. Acesso em 27 de Set. de 2013.

MOREIRA, J. Mendes. **Da ergologia dos Fulas da Guiné Portuguesa.** In: Boletim cultural da Guiné portuguesa - vol. XXVI, nº 101. Lisboa: 1971. pp. 113/148

MOTA, Avelino Teixeira Da. **As viagens do bispo d. frei vitoriano portuense a guine.** Lisboa: Publicações alfa, 1989.

PAIGC. **A Guiné e as ilhas de Cabo Verde.** Porto: Edições Afrontamento, 1974.

PERSON, Y. **La Sénégambie dans l'histoire.** in R. BRIDGES, ed., *Proceedings of a Colloquium at the University of Aberdeen*, Aberdeen, Aberdeen University–African, 1974.

SOARES, Maria João. **Para uma compreensão dos lançados nos Rios de Guiné. (Século XVI - meados do século XVII).** Revista Studia. 56/57. Lisboa: IICT/CEHCA, 2000.

ANEXOS

As imagens mostram os assentamentos das margens nos rios da Guiné como o reflexo de diferentes identidades culturais e suas manifestações através das construções de edifícios em diversos períodos históricos. Os bens se encontram em usos de caráter social, cultural, político e econômico em diferentes lugares, a destacar vilas, cidades e edifícios de variados períodos históricos nos Rios da Guiné.

Figura 1: **Tabanca de Bissum Naga:** as primeiras intervenções portuguesas influenciadas pela urbanização Corbusiana, entre 1946 a 1957.



Fonte: GUIMARÃES, David J. In: Luis Graça e Camaradas. Marco, 2010. Disponível em: <<http://guine-bissum.blogspot.com.br/2010/03/bissum-anos-19701972.html>>. Acesso em: 15 set. 2013.

Figura 2: **Fortaleza de Cacheu**: uma das mais antigas obras construídas pela administração colonial na margem do rio do mesmo nome em 1641.



Fonte: Ação para desenvolvimento. 2006. Disponível em: <http://cacheu.adbissau.org/?attachment_id=224>. Acesso em: 15 set. 2013.

Figura 3: **Fortaleza São José de Amura**, erguida em 1696, sob o comando do capitão-mor José Pinheiro na foz do rio Geba, envolvendo a cidade colonial de Bissau.



Fonte: O regresso. Maio 2011. Disponível em: <<http://dulombi.blogspot.com.br/2011/05/p233-o-regresso.html>>. Acesso em: 15 set. 2013.

Figura 4: **Cidade colonial de Bolama**: primeira capital colonial, a partir de 1879, na ilha de mesmo nome.



GUINÉ (1963-1974). Out, 2010. Disponível em: <http://blogueforanadaevaotres.blogspot.com.br/2010/10/guine-6374-p2021-blogoterapia-e.html>. Acesso em: 15 set. 2001.

Figura 5: **Casa Moderna do Período Colonial** em 2002: na vila de Mansoa, com elementos marcantes da construção popular portuguesa e a presença nativo da varanda coberta e vedada ao redor da casa para adquirir sombra e afastar paredes da chuva.



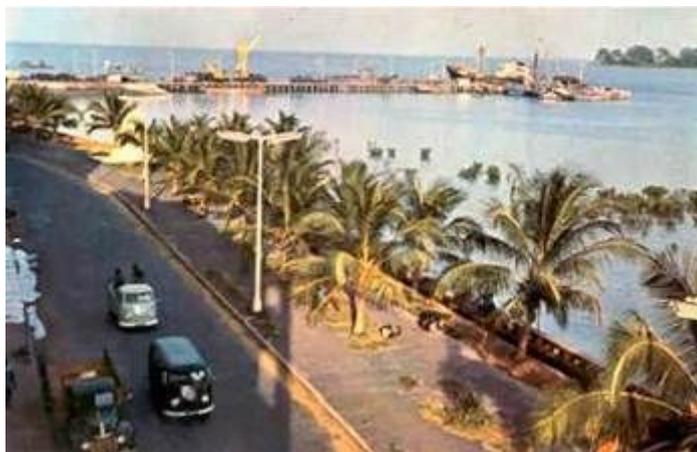
Fonte: SAPO. 2006. Disponível em: <http://bcac2885.com.sapo.pt/Mansoa2901RG.jpg>. Acesso em: 15 set. 2013.

Figura 7: **Casa Moderna do período colonial com Armazém do comerciante libanês Jamil Nasser em Xitole (2001):** influenciada pela arquitetura popular portuguesa com método construtivo e material importado no período após a segunda guerra.



GUIMARÃES, David J. Guerra Colonial. 2005. Disponível em: <http://www.ensp.unl.pt/lgraca/guine_guerracolonial2_xitole.html>. Acesso em: 15 set. 2013.

Figura 8: Av. Marginal e Cais do Porto Pinjiquite ao fundo: cidade de Bissau depois da execução do Plano de Gabinete de Urbanização Colonial em 1946.



Fonte: RUMO a Fulacunda: CC 1420 – Guiné 65-67. Abril, 2013. Disponível em: <<http://rumoafulacunda.worldpress.com>>. Acesso em: 15 set. 2013.